



Pontenet Teleinformática Ltda

www.pontenet.com.br

CGC-02.597.014/0001-60

Av. Francisco Vieira Martins, 1065 - Guarapiranga - Fone: 31-3819-5500 - Ponte Nova - MG

Ponte Nova, 27 de dezembro de 2017

Câmara Municipal de Dom Silvério
Dom Silvério - MG
Att. Sra Regiane

Prezados Senhores,

Segue abaixo cotação conforme solicitado:

Internet em dois pontos: Câmara e Sala de Curso

Velocidade Câmara.....

3,5Mega

Valor: R\$100,00

Velocidade sala curso.....

3,5Mega

Valor: R\$100,00

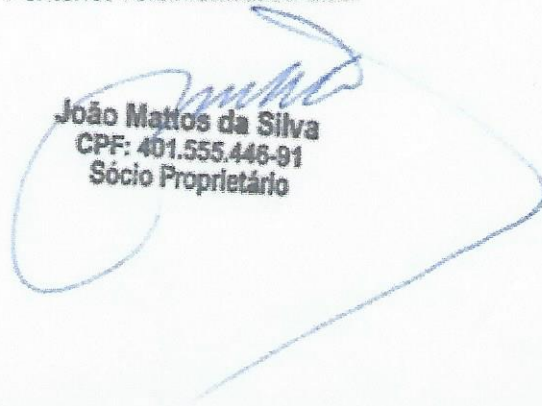
Sem mais, estou à disposição,

Atenciosamente,

João Mattos da Silva

31-3819-5500

Pontenet Teleinformática Ltda.


João Mattos da Silva
CPF: 401.555.446-91
Sócio Proprietário



Email do Outlook

Pesquisar Email e P...

Novo | v

Responder | v

Excluir

Arquivar

Mover para v

Categorias v

Pastas

Caixa de Entra

Lixo Eletrôn 3

Rascunhos 38

Itens Enviado:

v Itens Excluíd 3

Arquivo Morto

Dr Eyer

Dr Marco Antc

Histórico de Ci

Itau

Prefeitura

pregao 003-20

Pregão 004

Pregão 005

Requerimento

supermerc 49

Todos



Favor confirmar recebimento deste email.

Grato!

De: Camara Municipal Dom Silvério <camaradomsilverio@hotmail.com>**Enviado:** segunda-feira, 4 de dezembro de 2017 15:36**Para:** Claudete Aparecida Alvarenga**Assunto:** solicitação

Boa tarde!

Gostaria de solicitar um orçamento para internet banda larga com velocidade de 4 MBPS(mega)

Favor colocar seu endereço, CNPJ e data.

dados para orçamento

Câmara Municipal de Dom Silvério
Rua Manoel Carvalho Mol, 77
Bairro: Santa Rita
Dom Silvério/MG
CEP: 35 440-000

CNPJ: 01.759.101/0001-03

Conto com sua atenção

att.

Regiane

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILV
TELEFONE (31) 3857-13
FAX (31) 3857-131

Atualizar para o
Premium

Favor confirmar recebimento deste email.

Grato!

Email do Outlook

Pesquisar Email e P...

+ Novo | v

Responder | v

Excluir

Arquivar

Mover para v

Categorias v



Pastas

Caixa de Entra

Lixo Eletrôn 3

Rascunhos 38

Itens Enviado:

v Itens Excluíd 3

Arquivo Morto

Dr Eyer

Dr Marco Antc

Histórico de C

Itau

Prefeitura

pregao 003-20

Pregão 004

Pregão 005

Requerimento

supermerc 49

Todos

Favor confirmar recebimento deste email.
Grato!

De: Camara Municipal Dom Silvério <camaradomsilverio@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 4 de dezembro de 2017 14:37

Para: infornet@infornet.inf.br

Assunto: solicitação

Boa tarde!

Gostaria de solicitar um orçamento para internet banda larga com velocidade de 4 MBPS(mega)

Favor colocar seu endereço, CNPJ e data.

dados para orçamento

Câmara Municipal de Dom Silvério
Rua Manoel Carvalho Mol, 77
Bairro: Santa Rita
Dom Silvério/MG
CEP: 35 440-000

CNPJ: 01.759.101/0001-03

Conto com sua atenção

att.

Regiane

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILV
TELEFONE (31) 3857-13
FAX (31) 3857-131

Atualizar para o
Premium



Favor confirmar recebimento deste email.
Grato!

RES: solicitação



Pontenet Telecom <pontenet@pontenet.com.br>

seg 11/12/2017 09:24

Para: 'Camara Municipal Dom Silvério' <camaradomsilverio@hotmail.com>;

Prezada Regiane, segue abaixo cotação conforme solicitado:

Internet em dois pontos: Câmara e Sala de Curso

Velocidade Câmara.....	3,5Mega	Valor: R\$100,00
Velocidade sala curso.....	3,5Mega	Valor: R\$100,00

Sem mais, estou à disposição, ok?

João Mattos

De: Camara Municipal Dom Silvério [mailto:camaradomsilverio@hotmail.com]

Enviada em: quinta-feira, 7 de dezembro de 2017 10:14

Para: pontenet@pontenet.com.br

Assunto: solicitação

Bom dia!

João estou precisando que você me envie cotação para a Câmara Municipal de Dom Silvério para o ano de 2018 conforme velocidade atualmente fornecida.

att.

Regiane

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO/MG
TELEFONE (31) 3857-1312
FAX (31) 3857-1312

Favor confirmar recebimento deste email.

Email do Outlook

Pesquisar Email e P...

+ Novo | v

Responder | v

Excluir

Arquivar

Mover para v

Categorias v



Pastas

Caixa de Entra

Lixo Eletrôn 3

Rascunhos 38

Itens Enviado:

v Itens Excluíd 3

Arquivo Morto

Dr Eyer

Dr Marco Antc

Histórico de Ci

Itau

Prefeitura

pregao 003-20

Pregão 004

Pregão 005

Requerimento

supermerc 49

Todos

solicitação

Camara Municipal Dom Silvério

qua 03/01, 13:35

Claudete Aparecida Alvarenga (claudete.alvarenga@valenet.com.br) v

Você encaminhou esta mensagem em 04/01/2018 10:26

Boa tarde!

Gostaria de solicitar um orçamento para internet banda larga com velocidade de 4 MBPS(mega)

Favor colocar seu endereço, CNPJ e data.

dados para orçamento

Câmara Municipal de Dom Silvério
Rua Manoel Carvalho Mol, 77
Bairro: Santa Rita
Dom Silvério/MG
CEP: 35 440-000

CNPJ: 01.759.101/0001-03

Conto com sua atenção

att.

Regiane

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILV
TELEFONE (31) 3857-13
FAX (31) 3857-1311

Favor confirmar recebimento deste email.
Grato!

Atualizar para o
Premium

De: Camara Municipal Dom Silvério <camaradomsilverio@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 4 de dezembro de 2017 15:36

Para: Claudete Aparecida Alvarenga

Assunto: solicitação

Email do Outlook

Pesquisar Email e P...

Novo | v

Responder | v

Excluir

Arquivar

Mover para v

Categorias v



Pastas

Caixa de Entrada

Lixo Eletrônico 3

Rascunhos 38

Itens Enviados

Itens Excluídos 3

Arquivo Morto

Dr Eyer

Dr Marco Antc

Histórico de C

Itau

Prefeitura

pregao 003-20

Pregão 004

Pregão 005

Requerimento

supermerc 49

Todos

solicitação

Camara Municipal Dom Silvério

qua 03/01, 13:35

informet@informet.inf.br v

Você encaminhou esta mensagem em 04/01/2018 10:24

Boa tarde!

Gostaria de solicitar um orçamento para internet banda larga com velocidade de 4 MBPS(mega)

Favor colocar seu endereço, CNPJ e data.

dados para orçamento

Câmara Municipal de Dom Silvério

Rua Manoel Carvalho Mol, 77

Bairro: Santa Rita

Dom Silvério/MG

CEP: 35 440-000

CNPJ: 01.759.101/0001-03

Conto com sua atenção

att.

Regiane

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILV
TELEFONE (31) 3857-13
FAX (31) 3857-131

Favor confirmar recebimento deste email.
Grato!

Atualizar para o
Premium

De: Camara Municipal Dom Silvério <camaradomsilverio@hotmail.com>

Enviado: segunda-feira, 4 de dezembro de 2017 14:37

Para: informet@informet.inf.br

Assunto: solicitação

Email do Outlook

Pesquisar Email e P...

+ Novo | v

Responder | v

Excluir

Arquivar

Mover para v

Categorias v



^ Pastas

Caixa de Entra

Lixo Eletrôn 3

Rascunhos 38

Itens Enviado:

v Itens Excluíd 3

Arquivo Morto

Dr Eyer

Dr Marco Antc

Histórico de C

Itau

Prefeitura

pregao 003-20

Pregão 004

Pregão 005

Requerimento

supermerc 49

Todos

solicitação



Camara Municipal Dom Silvério

qui 04/01, 10:56

Ikaro (ikaro@informet.inf.br) v

bom dia!

Gostaria de solicitar um orçamento para internet banda larga com velocidade de 7 MBPS(mega)

Favor colocar seu endereço, CNPJ e data.

dados para orçamento

Câmara Municipal de Dom Silvério

Rua Manoel Carvalho Mol, 77

Bairro: Santa Rita

Dom Silvério/MG

CEP: 35 440-000

CNPJ: 01.759.101/0001-03

Conto com sua atenção

att.

Regiane

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILV

TELEFONE (31) 3857-13

FAX (31) 3857-131

Favor confirmar recebimento deste email.

Grato!

Atualizar para o
Premium



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS

Processo Licitatório nº: 001/2018

Dispensa nº 001/2018



JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PREÇO E ESCOLHA

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a contratação de prestação de serviços de internet banda larga da seguinte forma: Velocidade de **7MBPS (sete megabytes por segundo)**; o serviço estará disponível em 24(vinte e quatro) horas por dia, durante os 07 (sete) dias da semana, a partir de sua ativação até o término deste contrato, ressalvadas as interrupções causadas por caso fortuito ou motivo de força maior nas dependências da sede da Câmara Municipal.

II – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS



indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra.

Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso II da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 24 É dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até dez por cento do limite previsto na alínea "a" do inciso II (R\$ 8.000,00) do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

No caso em questão verifica-se a Dispensa de Licitação com base jurídica no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

III – DA JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E NÃO OCORRÊNCIA DE FRAGMENTAÇÃO

Diz o art. 26 da Lei 8.666/93, em seu parágrafo único:

"Parágrafo único – O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço;

IV – documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS



importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devolução justificativa que ateste o referido ato.

No caso em questão se verifica a análise dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93. Inobstante o fato da presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, o que justifica a contratação direta, vale tecer alguns comentários a despeito de eventual fragmentação de despesa, o que ensejaria afronta a Lei de Licitações.

Tanto a doutrina quanto a jurisprudência recomendam que nas compras deverão ser observadas as quantidades a serem adquiridas em função do consumo estimado. Portanto, deve haver um planejamento para a realização das compras, além disso, este planejamento deve observar o princípio da anualidade do orçamento. *"Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento."* - Manual TCU.

A Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI estabelece o dever de licitar de forma a assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, em obediência aos princípios da impessoalidade, da isonomia, da publicidade, da moralidade e da legalidade.

Nesse mesmo sentido, o art. 3º da Lei n.º 8.666/93, reforça a observância desses princípios e ainda estabelece que a licitação corresponda a procedimento administrativo voltado à seleção mais vantajosa para a contratação desejada pela Administração Pública e necessária ao atendimento do interesse público.

Sobre a contratação indevida sem a observância do procedimento licitatório, fracionando as despesas, Jorge Ulysses Jacoby Fernandes, traz em sua obra *Contratação Direta sem Licitação*, páginas 154/159, 5ª edição, Editora Brasília Jurídica, posicionamento do Tribunal de Contas da União, de que: *"O parcelamento de despesa, quer com o objetivo de evitar modalidade mais ampla de licitação, quer com o de possibilitar-lhe a dispensa, constitui infração legal"* (...) e também o TCU firmou entendimento de que *"as compras devem ser estimadas para todo o exercício e há de ser preservada a modalidade correta para o objeto total, que agruparia todos os itens"*.

Essa orientação foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada *Licitações e Contratos – Orientações Básicas*, Brasília:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado."



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS



Lembre-se fracionamento refere-se à despesa.

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa."
Acórdão 73/2003 – Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmo, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 – Primeira Câmara.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

Em análise aos presentes autos, observamos que foram feitas tentativas de pesquisas de preços junto a Empresas pertinentes ao ramo, tendo a Empresa PONTENET TELEINFORMATICA LTDA, CPNJ nº02.597.014/0001-60, com sede na Av. Francisco Vieira Martins, nº1065, Guarapiranga, Ponte Nova, Minas Gerais, representada pelo seu sócio JOÃO MATTOS DA SILVA, brasileiro, empresário, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 401.555.446-91, portador da Carteira de identidade M-2. 171.294, expedida pela PC/MG, apresentado preços compatíveis com os praticados nos demais órgãos da Administração.

A prestação de serviço disponibilizado pela empresa supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

V – DAS COTAÇÕES

No processo em epígrafe, verificou-se a tentativa outras de cotações sendo as mesmas fracassadas conforme cópia do e-mail em anexo.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS



VI – DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

A despeito desta assertiva, o TCU já se manifestou:

“adotar como regra a realização de coleta de preços nas contratações de serviço e compras dispensadas de licitação com fundamento no art. 24, inciso II, da lei n. 8.666/93” (Decisão nº 678/95-TCU-Plenário, Rel. Min. Lincoln Magalhães da Rocha. DOU de 28. 12.95, pág. 22.603).

“Proceda, quando da realização de licitação, dispensa ou inexigibilidade, à consulta de preços correntes no mercado, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do sistema de registro de preços, em cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III, e art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/1993, os quais devem ser anexados ao procedimento licitatório (...).” Acórdão 1705/2003 Plenário.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União, como pode ser visto acima, a orientação é que no caso de dispensa e inexigibilidade seja obedecida à coleta de preços, que por analogia deve obedecer ao procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VII – DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:

PONTENET TELEINFORMATICA LTDA, CNPJ nº02.597.014/0001-60, com sede na Av. Francisco Vieira Martins, nº1065, Guarapiranga, Ponte Nova, Minas Gerais, representada pelo seu sócio JOÃO MATTOS DA SILVA, brasileiro, empresário, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 401.555.446-91, portador da Carteira de identidade M-2. 171.294, expedida pela PC/MG.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS



VIII – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

A propósito, há recomendação do Tribunal de Contas da União nesse sentido:

“Deve ser observada a exigência legal (art. 29, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993) e constitucional (art. 195, § 3º, da CF) de que nas licitações públicas, mesmo em casos de dispensa ou inexigibilidade, é obrigatória a comprovação por parte da empresa contratada de:

Certidão Negativa de Débito (INSS - art. 47, inciso I, alínea a, da Lei nº 8.212, de 1991);

Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais (SRF-IN nº 80, de 1997); e

Certificado de Regularidade do FGTS (CEF) (art. 27 da Lei nº 8.036, de 1990). Acórdão 260/2002 Plenário.

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal conforme **documentos em anexo na pasta do Processo Licitatório nº 001/2018, Dispensa nº 001/2018.**

X – CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.



CÂMARA MUNICIPAL DE DOM SILVÉRIO ESTADO DE MINAS GERAIS



Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do produto em questão, é decisão discricionária do Presidente do Legislativo optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Procuradoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Dom Silvério, 08(oito) de Janeiro de 2018.

Sérgio Cristiano Alves
Presidente do Legislativo

Regiane Aparecida de Lima
Presidente da Comissão Permanente de Licitação